

Aprender com a Prática

uma metodologia para sistematização de experiências



Aprender com a Prática

*uma metodologia
para sistematização
de experiências*

Jorge Chavez-Tafur

Primeira edição, 2006
(Associação ETC Andes / Fundação Ilea)
Tradução para português, 2007
(AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa)

Chavez-Tafur, Jorge

Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências /
Jorge Chavez-Tafur – Brasil: AS-PTA, 2007

Sistematização/Documentação/Agricultores/Desenvolvimento comunitário

A edição atual reúne e atualiza o documento base utilizado durante a primeira reunião do Programa Piloto de Sistematização de Leisa (Lima, agosto de 2005), assim como as contribuições feitas por Karen Hampson, Rik Thijssen, Anita Ingevall e o autor (Ileia) para a tradução para o inglês. A atual versão foi revisada e adaptada por Adriana Galvão Freire e Paulo Petersen (membros da equipe editorial da *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*).

Foto da capa: Arquivo PDA/MMA (Fundação Viver, Produzir e Preservar - FVPP)

Diagramação: I Graficci

Tradução: Maria Helena Souza de Abreu

Revisão: Gláucia Cruz

A reprodução do conteúdo deste livro está autorizada desde que o autor e os editores sejam mencionados. Caso o conteúdo deste livro seja utilizado em alguma publicação impressa ou eletrônica ou transmitido por qualquer meio de comunicação, os editores agradecerão o envio de uma cópia à *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*. Rua da Candelária, nº 9 / 6º andar, Rio de Janeiro, Brasil, CEP: 20091-020. revista@aspta.org.br.

Este manual é um dos resultados do Projeto Piloto de Documentação e Sistematização, realizado pela Associação ETC Andes e Ilea em 2004 e 2005. Seu conteúdo foi sendo desenvolvido durante vários anos e foi finalizado durante a realização do projeto piloto. Queremos expressar nosso agradecimento a todas as pessoas que participaram, colocando essa metodologia em prática no Peru, incluindo a equipe do Centro de Estudos e Pesquisa da Selva Alta (Cedisa) de Tarapoto; as equipes do Projeto Algarroba do Instituto Nacional de Recursos Naturais (Inrena), em Tumbes, Piura e Lambayeque; a equipe do Instituto de Manejo de Água e Meio Ambiente em Cusco; a equipe do Projeto de Manejo Integrado de Pragas da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), no Peru; e as diversas equipes encarregadas do programa Redes Sustentáveis para a Segurança Alimentar (Redesa) da Care Peru.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos estudantes do curso de pós-graduação “Inovação Agrária para o Desenvolvimento Rural”, especialmente aos alunos do Curso “Metodologias de Aprendizagem e Sistematização” da Universidade Nacional Agrária La Molina, Lima. Enviamos também um agradecimento especial aos participantes no Projeto Piloto de Sistematização de experiências em agroecologia: Iveth Paz (Universidad Mayor de San Simón, Cochabamba, Bolívia), Marta Madariaga e Marcos Easdale (Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária, Bariloche, Argentina); Teresa Santiago e Max García (Arte Natura, Chiapas, México); Mariano Morales (Instituto Nacional de Pesquisas Florestais, Agrícolas e Pecuárias, Oaxaca, México); José M. Borrero (Centro de Assistência Legal Ambiental, Cali, Colômbia); Adriana Galvão Freire (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, Brasil); Álvaro Acevedo (Aldeias Infantis, Tolima, Colômbia) e Javier Arece (Estação Experimental de Pastos e Forragens “Índio Hatuye”, Matanzas, Cuba).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
A SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS	12
Princípios	16
Condições que se deve levar em conta	17
A METODOLOGIA PASSO A PASSO	19
Definição do ponto de partida	20
Delimitação	22
Descrição da experiência	25
Análise	28
Apresentação dos resultados	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
ANEXO: UM ESTUDO DE CASO	41



APRESENTAÇÃO

Agroecologia se constrói apoiada na valorização dos recursos locais e nas práticas e métodos tradicionais de manejo produtivo dos ecossistemas, e sua evolução como ciência se dá quando são criadas condições favoráveis para o diálogo e a troca de experiências e saberes. Nos últimos anos, a prática da sistematização de experiências tem se estabelecido como uma atividade fundamental para o aprendizado coletivo de instituições, redes e movimentos sociais promotores da agroecologia.

A sistematização é um instrumento que permite olhar analítica e criticamente para o vivido e experimentado. Ao examinar de perto os resultados e os impactos alcançados pela experiência, torna-se um exercício constante de monitoramento e avaliação das atividades, necessário para o contínuo aprimoramento da ação.

Os resultados, quando compartilhados, são fontes inspiradoras para outros grupos ou instituições atuantes, com projetos similares mas em contextos diferentes. Ademais, as sistematizações são extremamente úteis na qualificação de intercâmbios e nas interações em redes locais e regionais que visam o aprendizado

mútuo por meio dos ensinamentos extraídos das experiências de todos os envolvidos.

Apesar de um avanço significativo, as instituições ainda dependem poucos esforços no processo de sistematização. A diversidade e intensidade das tarefas de campo são os fatores alegados para a limitada dedicação das entidades às ações de sistematização/reflexão de suas próprias atividades e a falta de tempo passa a ser encarada como um obstáculo. Mas a maior dificuldade encontrada pelas instituições ao realizarem suas próprias sistematizações é de natureza metodológica. Um processo de sistematização dificilmente segue uma receita padrão. Ele deve, sobretudo, ser ajustado e dimensionado segundo as especificidades de cada realidade. De qualquer forma, tudo fica mais simples quando conseguimos empregar uma metodologia de estruturação, ordenamento e análise das informações.

Foi diante dessa realidade que a Associação ETC Andes - Peru, em um convênio com a Fundação Ileia, investiu esforços na elaboração de um guia para facilitar e simplificar os processos de sistematização de experiências. Este manual é o resultado de anos de prática na assessoria de sistematizações de numerosos programas e instituições da América Latina.

A AS-PTA acredita que este guia poderá auxiliar as entidades e redes do campo agroecológico a desenvolver capacidades próprias de sistematização. O desafio agora é aprender com a própria prática.

Adriana Galvão Freire
AS-PTA



Oficina de Sistematização, Juazeiro-BA



INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, muito tem sido dito e escrito sobre a necessidade de sistematizar experiências de iniciativas de desenvolvimento que estão sendo realizadas em todo mundo, com o objetivo de aprender com os seus êxitos ou fracassos. Contudo, por várias razões, são raras as vezes que são dedicados o tempo e o esforço necessários para sistematizar uma experiência, ou seja, para descrevê-la e analisá-la.

Durante mais de 20 anos, o Centro de Informação sobre Agricultura Sustentável e de Baixos Insumos Externos (Ileia), da Holanda, vem contribuindo para o intercâmbio de informações baseado nas experiências de campo de agricultores familiares que buscam melhorar sua produção de maneira sustentável. Uma das maiores dificuldades encontradas ao tentar alcançar esse objetivo tem sido a falta de sistematização dos trabalhos de campo que são desenvolvidos junto às comunidades de agricultores. É muito difícil compartilhar informações sobre as metas alcançadas, os obstáculos ultrapassados e as lições aprendidas, quando elas não estão de alguma forma sistematizadas. Isso porque uma grande quantidade de informações que poderia contribuir para um maior desenvolvimento do co-

nhhecimento sobre agricultura sustentável está em um formato ou em uma linguagem que não é acessível a todos. Dessa forma, elas não são analisadas, nem difundidas.

Nessa publicação, apresentamos um método útil para a sistematização de experiências. Para isso, nos baseamos no trabalho daquelas pessoas que há muito tempo vêm escrevendo sobre o tema ou que estão envolvidas nos processos de sistematização de iniciativas de desenvolvimento local, como Daniel Selener e a equipe do Instituto Internacional de Reconstrução Rural (IIRR), em Quito, Equador; Oscar Jara e o Centro de Estudos e Publicações Alforja, em San José, Costa Rica; María de la Luz Morgan, Marfil Francke e a Escola para o Desenvolvimento, em Lima, Peru; e Mario Ardón e a equipe do Programa para a Agricultura Sustentável, em Encostas da América Central (PASOLAC), em San Salvador, El Salvador. A metodologia que propomos aqui reúne também contribuições de pessoas e instituições que a colocaram em prática, conseguindo assim uma melhor definição dos passos a seguir.

O manual não se aprofunda nos aspectos teóricos relacionados com o que é ou o que deveria ser uma sistematização. Ele apresenta um método prático, como uma forma de apoio à tarefa de descrever e analisar as experiências, a fim de alcançar sua completa sistematização. Nossa intenção é mostrar que sistematizar não tem que ser um processo difícil ou complicado.

Ao longo do manual, utilizamos os termos “documentação” e “sistematização” que, em conjunto, devem ser entendidos como um processo que procura organizar as informações resultantes de um determinado projeto de campo, analisá-las de forma minuciosa e aprender lições a partir delas. O objetivo principal de um processo de sistematização é a produção de um novo conhecimento. Nas páginas seguintes, delineamos os princípios do processo e as condições básicas que se deve cumprir. Mais adiante, apresentamos os passos que devemos seguir. A exposição do método é complementada com a apresentação de uma experiência concreta de emprego da metodologia utilizada durante o Projeto Piloto de Sistematização de Experiências em

Agroecologia. Com ela, pretende-se ilustrar as fases do processo, assim como apresentar o produto final: um artigo publicado na *Revista Agrícolturas: experiências em agroecologia*, v.3, n.2.

Com freqüência, aparecem problemas e pequenas dificuldades durante o processo de sistematização. Mesmo assim, acreditamos que esse método pode ser aplicado por qualquer instituição, programa ou iniciativa que tenha vontade de aprender mais a partir das suas próprias experiências.

A SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS



Em todo mundo estão surgindo iniciativas que procuram melhorar o nível de vida da população rural. Essas iniciativas podem estar baseadas em diversos temas como saúde, água, educação, manejo dos recursos naturais ou desenvolvimento da agricultura sustentável. Algumas intervenções são pontuais e os resultados esperados são facilmente alcançados e claramente visíveis. Outras – como aquelas voltadas para o manejo dos recursos naturais e ao desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis – são mais complexas, podem levar muito tempo para serem realizadas e envolver muitos atores e diferentes processos. Nesses casos, normalmente os resultados não são imediatos e possuem um certo grau de incerteza. Diante disso, é necessário que tenhamos uma atitude flexível e reflexiva, disposta a reavaliar freqüentemente o que fazemos e a modificar nossas práticas e atividades para poder alcançar os objetivos propostos.

É de grande importância documentar e sistematizar essas práticas e atividades para poder utilizar as lições extraídas de uma expe-

riência no aperfeiçoamento de nossas próprias iniciativas. Se os resultados de nossas experiências podem ser escritos e publicados, aumenta-se a possibilidade de compartilhar as informações, de modo que outros conheçam nosso trabalho e também aprendam com nossas lições.

Existe um consenso geral quanto às vantagens da realização de uma sistematização ou com respeito à utilidade que ela tem para um projeto, para uma instituição ou para o aperfeiçoamento individual. Sistematizamos para refletir sobre nosso trabalho, para entender melhor o que estamos fazendo e também para fazê-lo conhecido. Sistematizamos para difundir uma experiência, mas também para documentá-la e evitar que esta “se perca” quando o projeto termina ou quando a pessoa que estava responsável por essa experiência passe a se dedicar à outra atividade.

Uma metodologia “que facilite, de maneira contínua e participativa, a descrição, a reflexão, a análise e a documentação dos processos e resultados de um projeto de desenvolvimento” (Selener et al., 1996) será de grande ajuda na sistematização das informações de campo. Essa metodologia nos permitirá observar detalhadamente o que estamos fazendo e refletir de forma crítica sobre os resultados que estamos alcançando. Ajudará aqueles que participam da experiência a vê-la de outra perspectiva. Dessa forma, nos fará valorizar os aspectos positivos da experiência, assim como prestar atenção naqueles aspectos que podem ser aperfeiçoados. O processo minucioso que uma sistematização requer nos forçará a exercer a autocrítica e nos permitirá estar abertos a sugestões e comentários, produto da interação com outras pessoas. Em suma, nos ajudará a produzir novos conhecimentos para melhorar nossas práticas, nossas ações ou nossos projetos e seus resultados.

Para Morgan e Francke (1988), “a sistematização de experiências é um processo de reconstrução e reflexão analítica sobre uma prática que foi vivida pessoalmente (ou sobre determinados aspectos dela), mediante a qual interpretamos o que sucedeu para compreendê-la”. Sua importância está em gerar conhecimento para



melhorar com a própria prática. Citando Oscar Jara (1994), sistematizar equivale a “entender o sentido e a lógica do complexo processo que significa uma experiência e assim aprender com suas lições. Procura compreender porque esse processo está se desenvolvendo ou foi desenvolvido de determinada maneira, interpretando criticamente o realizado e o alcançado”.

Durante um processo de sistematização, reunimos o maior número possível de informações; utilizamos toda a documentação disponível de um projeto (como os relatórios de avaliação e outros documentos), assim como as experiências e comentários daquelas pessoas que participaram do projeto e também daquelas que foram afetadas por ele. Geralmente, essas informações estão dispersas e, em muitos casos, nem sequer está de alguma forma escrita ou registrada.

Uma sistematização deve ser mais que um relato do que ocorreu (mesmo que esse relato também possa fazer parte dela). Para chegar a gerar um novo conhecimento, a sistematização deve incorporar uma análise crítica da experiência, por meio da apresentação de opiniões, juízos ou questionamentos sobre o que foi realizado e vivenciado. Essa é a base da aprendizagem.

A análise baseada em um conjunto de indicadores é um processo diretamente relacionado com a avaliação da experiência, ao considerar certos objetivos e metas para determinar os graus de avanço ou de êxito. A análise também pode ser considerada como uma pesquisa, onde uma hipótese é traçada e procura-se determinar sua validade. Por ser eminentemente crítica, a análise está baseada nos comentários ou pontos de vista daqueles que realizam a experiência, quer dizer, dos seus protagonistas.

Levando em conta essas idéias gerais, o método que apresentamos neste manual se refere a um processo de sistematização que busca:

- organizar as informações disponíveis;
- analisar minuciosamente a informação para entender o que ocorreu;
- tirar conclusões que ajudem a produzir um novo conhecimento; e
- apresentar os resultados da forma desejada.

Ao usar esse método, reúnem-se todas as informações disponíveis e as opiniões dos participantes de uma experiência em uma série de tabelas e quadros, que serão utilizados mais adiante para elaborar um documento final. Esse documento será impresso e distribuído a fim de que outras pessoas possam conhecê-lo. Os resultados de uma sistematização podem ser apresentados de inúmeras maneiras. Na forma de um livro, de um artigo ou um ensaio, por exemplo, onde o que foi realizado, alcançado ou aprendido seja apresentado em poucas páginas. Também pode ser apresentado como um documentário em vídeo ou um audiovisual digital, onde se possa mostrar o que se aprendeu e que enfatize um aspecto específico da experiência. Na verdade, a forma de apresentar os resultados deve ser uma das primeiras decisões a serem tomadas no processo de sistematização (mesmo que mais tarde se decida mudar o formato).

Nossa proposta metodológica pode se adaptar a diferentes circunstâncias. Pode ser aplicada à sistematização de atividades de curta duração, de projetos concretos, de programas complexos ou de longo alcance. A metodologia pode ser utilizada por indivíduos, comunidades, organizações de base, organizações não governamentais, redes e grandes instituições.

Sem a necessidade de discutir profundamente os aspectos teóricos que fundamentam o que apresentamos aqui, é importante ressaltar alguns dos principais elementos que definem um processo de sistematização. O primeiro são os princípios gerais propostos por Selener (1996), seguidos de algumas condições necessárias para

realizar o processo. Esses princípios e condições estão relacionados com os principais problemas que se apresentam em qualquer processo de sistematização.

Princípios

Possivelmente, o mais importante a assinalar é que em uma sistematização se deve conseguir a maior quantidade possível de opiniões, para que se possa considerar de forma efetiva as experiências e os pontos de vista das diferentes pessoas envolvidas. Se levarmos em consideração que, em uma experiência, estiveram envolvidos diferentes atores, cada um com seus próprios pontos de vista e interesses, logicamente é de se esperar que haja diferentes opiniões sobre o que foi realizado e o que foi alcançado. Mais do que buscar um consenso forçado, extrair lições e produzir novos conhecimentos são tarefas mais simples quando se leva em conta a diversidade das opiniões e se consegue representá-las fielmente no processo de sistematização.

Diretamente ligado à reunião e inclusão das distintas opiniões e experiências está o princípio básico da participação. Considerando que uma pessoa ou uma equipe seja responsável pela tarefa de sistematizar uma experiência, em todo momento devemos procurar que esse processo seja realmente participativo. Assim, devemos recolher opiniões e pontos de vista dos envolvidos, assegurando que os resultados e conclusões sejam conhecidos e aprovados por todos. Um processo participativo também permite aproveitar melhor as habilidades dos diferentes atores na realização de atividades distintas, como buscar informações secundárias, entrevistar aqueles que participaram da experiência, preparar as informações que devem ser apresentadas em tabelas, diagramas ou fotos e redigir de maneira clara e concisa o documento final.

Em um processo de sistematização, devemos também considerar o contexto geral no qual se realizou a experiência, tanto no tempo (Quando começou a experiência? Quanto tempo está durando?), quanto no espaço (Onde se realiza? Qual é seu alcance territorial?). Devemos considerar a perspectiva histórica do problema e das tentativas anteriores para solucionar esse problema (antecedentes). E ainda observar e incluir os aspectos sociais, econômicos e políticos que influenciaram as atividades e os resultados.

Por último, devemos equilibrar a reunião de informações, incluindo somente aquelas que forem relevantes à sistematização em curso (princípio da relevância). Nem toda informação disponível está diretamente relacionada com as decisões que foram tomadas ou com os principais objetivos alcançados. Nem toda informação que conseguimos pode contribuir para a análise ou para a aprendizagem de alguma lição. Reunir muitas informações geralmente nos dá resultados pouco úteis. Da mesma forma, em relação aos antecedentes de uma experiência, devemos procurar incluir somente aquelas informações que realmente influenciaram no processo.

Condições que se deve levar em conta

A revisão de muitos processos de sistematização realizados nos últimos anos mostra que certas condições são imprescindíveis para que o esforço de sistematizar se desenvolva com sucesso:

- **A importância de um apoio institucional claro e decisivo.**

O programa, a iniciativa ou a instituição que colocou em marcha determinado projeto deve dar todas as facilidades para que a sistematização avance e cumpra com seus objetivos, garantindo sua realização e provendo os recursos necessários. Isso inclui não somente o acesso às informações (relatórios, documentos internos do projeto, materiais usados), mas também que assegure a liberdade para que as pessoas que estiveram ou estão envolvidas na experiência possam participar no processo de descrição e análise.

- **A necessidade de que todos os participantes disponham de tempo e recursos suficientes para participar de forma efetiva.**

Além dos membros da equipe, deve-se pensar também no tempo disponível das pessoas que se beneficiam ou se beneficiaram com o projeto; no tempo disponível dos que foram membros da equipe, mas que deixaram de ser; e no tempo de outros atores-chave e cujos comentários nos interessam bastante: líderes comunitários, autoridades ou representantes de outras instituições.

- **A importância de manter uma atitude aberta para o processo.**

O projeto não será somente descrito, mas também será analisado em detalhe e em profundidade. Para isso, necessitamos ter uma atitude crítica ao trabalho desenvolvido e a nós mesmos, tentando mostrar as coisas tais como foram e não como desejaríamos que tivessem sido.

Isso posto, conclui-se que os principais obstáculos que um processo de sistematização enfrenta estão geralmente relacionados com a falta de tempo e de recursos. Em muitas ocasiões, esses obstáculos são um reflexo da falta de apoio institucional, como também da quantidade de atividades em que todos estão envolvidos. Para evitar esses problemas, é recomendável planejar o trabalho minuciosamente, mediante a distribuição das tarefas e funções entre todos os envolvidos.

Outro aspecto que deve ser levado em conta está relacionado com a habilidade dos participantes. Além de uma atitude crítica ao próprio trabalho, é necessário também ter outras habilidades específicas, como ser capaz de auxiliar na organização de encontros para a troca de opiniões, a realização de entrevistas ou o registro das informações, entre outras. Já que cada um tem habilidades distintas, o recomendável é aproveitar o que cada um faz de melhor, considerando que as equipes, na maioria dos casos, são grandes e múltiplas.

Essas considerações, no entanto, partem da premissa de que todos os envolvidos em uma experiência ou projeto estão motivados a se integrar na sistematização, entendendo e assumindo que o objetivo principal do processo é a produção de um novo conhecimento.



A METODOLOGIA PASSO A PASSO

Quadro 1: Metodologia para a sistematização

1	Definição do ponto de partida
2	Delimitação
3	Descrição da experiência
4	Análise
5	Apresentação dos resultados

O ponto de partida da metodologia é a definição do objeto da sistematização, isto é, a seleção de um projeto ou experiência desenvolvido ou vivenciado por uma equipe ou grupo de pessoas. Uma vez definido o objeto, desenvolvemos cinco passos: a **definição** do ponto de partida; a **delimitação** precisa da experiência a ser sistematizada; a **descrição** do que foi vivenciado e alcançado; a **análise** crítica; e, por fim, a redação ou edição das informações e análises efetuados visando o registro e a disseminação dos conhecimentos gerados (ver Quadro 1).

A idéia é ordenar as informações e as opiniões dos envolvidos na experiência, por meio de um conjunto de matrizes ou tabelas que vão sendo aprimoradas com a contribuição dos interessados. Ter as informações ordenadas facilita determinar se as tabelas estão completas ou não. Facilita também a posterior análise das informações, passo fundamental para poder extrair lições delas.

1- Definição do ponto de partida

Uma vez que foi tomada a decisão de se iniciar uma sistematização, é necessário esclarecer alguns elementos do processo que está por começar. Assim, antes de iniciar, é de grande ajuda determinar:

- **Quem participará no processo.**

Depois de identificar todos os atores que estão relacionados com a experiência (autoridades, agricultores, grupos de mulheres, instituições, escolas etc.), é hora de decidir quais destes poderiam ter uma participação relevante ou útil no processo. É provável que seja solicitada a participação de alguns deles somente para que forneçam informações. Esse passo é fundamental para assegurarmos uma participação ampla e diversificada no processo. Isso ajudará a obter uma sistematização mais rigorosa.

- **Quem coordenará o processo.**

É conveniente ter um coordenador que seja responsável por definir um plano de trabalho (e assegurar que este seja realizado), por convocar reuniões, por assegurar a realização das diferentes atividades e por garantir que os objetivos sejam alcançados.

- **Quais são os recursos disponíveis.**

Considerando que a principal limitação que se tem é a disponibilidade de tempo e de recursos dos participantes, é conveniente determinar desde o início quais serão os recursos disponíveis. Deve-se levar em consideração principalmente os recursos financeiros (remuneração dos participantes e outros gastos), e também os materiais ou equipamentos que possam ser necessários: uma camionete para as visitas a campo, equipamentos de escritório para a redação etc. Além disso, deve ficar bem claro quanto tempo os participantes necessitam para se dedicarem à sistematização, de maneira que eles possam se programar para essa atividade.

- **Os prazos.**

Em relação aos pontos anteriores, devemos determinar não somente o tempo que durará o processo de sistematização, mas também em que momento deve terminar cada etapa. Estabelecer um cronograma de atividades e prazos é fundamental para alcançar os objetivos.

- **Com que informações podemos contar previamente?**

Muitas vezes, já está descrito o que realizamos ou temos relatórios de avaliação que mostram os êxitos ou fracassos obtidos. Então, é conveniente começar com um pequeno inventário sobre a documentação relativa à experiência, considerando tantos os documentos internos, como os provenientes de fontes externas à nossa instituição ou organização.

- **Que informações devemos buscar?**

Conhecendo o que já temos, podemos definir as informações que faltam ou que precisam ser produzidas. Para isso, talvez seja necessário entrar em contato com pessoas que tenham tomado parte da experiência, mas que já não estão mais envolvidas nela. Devemos buscar também fotos, mapas, diagramas e outras informações que não sejam escritas.

- **Para quê e para quem?**

É oportuno que todos os envolvidos tenham bem claro quais são as razões que estão por trás do processo de sistematização, assim como os resultados que se espera alcançar. Também devem ser definidos quem serão os beneficiados diretos do processo, pois isso influenciará no formato e na linguagem em que serão apresentados os resultados.

É necessário incluir uma breve apresentação sobre o contexto geral, a partir do qual se delineou e desenvolveu a experiência, incluindo qual foi a instituição ou iniciativa que colocou a experiência em andamento. Isso significa que também devemos esclarecer os seguintes pontos:

- **Os objetivos gerais da organização responsável pelo projeto.**
São as razões que levam a organização a trabalhar naquela região particular; as estratégias gerais que são usadas para organizar e realizar suas atividades.
- **A estrutura da organização.**
É a maneira como o trabalho de campo é organizado, a composição das equipes, sua logística básica.
- **O período em que foram programadas as atividades.**
São os prazos e as circunstâncias específicas que determinaram esses momentos.
- **As relações com os outros atores.**
Incluir as relações com as organizações de base, instituições, autoridades, instituições ou organizações de financiamento, entre outras.

Tendo sido definido o ponto de partida, a sistematização propriamente dita se inicia com a delimitação da experiência que será sistematizada.

2 - Delimitação

A delimitação é o segundo passo do processo. A idéia é selecionar a experiência que nos interessa documentar para, a partir dela, especificar pontos que devemos ou não levar em conta. Nem tudo que uma instituição realiza a campo é importante para uma sistematização. Pelo contrário, geralmente buscamos descrever e analisar somente uma das linhas de trabalho, um projeto ou uma experiência específica, que devemos descrever de forma independente do resto das atividades da organização ou do grupo. Isso significa definir claramente o tema que se vai sistematizar, o âmbito de intervenção, os grupos-meta (ou participantes), os objetivos, as estratégias de intervenção e o contexto geral em que foram desenvolvidas as atividades. Para organizarmos os dados, utiliza-se uma tabela como a seguinte (Tabela 1), com a qual se pode obter uma primeira identificação.

Tabela 1: Delimitação

Título	Âmbito de intervenção (localização)	Grupos-meta (participantes)	Data de início e duração	Estratégia/enfoque	Linhas de ação	Objetivos

- **Título**

É o nome da experiência que desejamos sistematizar (o título com que identificaremos a experiência nessa primeira etapa não é necessariamente o mesmo que será apresentado no documento final).

- **Âmbito de intervenção (localização)**

É a comunidade, município, estado ou região onde foram realizadas as atividades da experiência.

- **Grupos-meta (participantes)**

São todas as pessoas e grupos que estiveram ou estão envolvidos na experiência. Na maioria dos casos, consideramos os beneficiários diretos das atividades como grupos-meta. Devemos pensar também naqueles que participaram de outras maneiras, como autoridades locais, representantes do governo ou pessoas de outras instituições. A inclusão dos promotores das atividades (os membros das equipes) na sistematização é igualmente importante.

- **Data de início e duração da experiência**

Ao delimitarmos o ponto de partida, geralmente o período selecionado é só uma pequena parte de um período muito maior de atividades.

- **Estratégia/enfoque**

Como foi planejado o trabalho? Essa coluna se refere à orientação específica ou à estratégia adotada na realização da experiência, que pode ser, por exemplo, um enfoque de gênero ou de cadeias produtivas. Essas idéias serão usadas como base para a análise que virá mais adiante.

- **Linhas de ação**

Nessa última coluna, trataremos de mostrar como foram organizadas ou divididas as atividades da experiência, seja de acordo com os objetivos do projeto, as áreas de intervenção ou baseadas nos prazos e datas.

- **Objetivos**

Qual era o objetivo geral da experiência? Onde queríamos chegar com o trabalho desenvolvido? Ao definir os objetivos específicos da experiência que estamos sistematizando, é conveniente identificar também a relação que estes têm com os objetivos gerais e a missão da instituição.

Como foi visto, nessa etapa devemos estabelecer os limites temporais e espaciais da experiência. Isso significa identificar claramente o âmbito de intervenção que se levará em conta na sistematização, concentrando-se somente nele.

Ao mesmo tempo, a delimitação temporal deve considerar uma data de início (o momento que começou o trabalho que vai ser sistematizado) e uma data final, que marca o momento final que consideramos na descrição.

Outro aspecto importante nessa etapa é diferenciar as estratégias de intervenção das atividades regulares (que entraremos em detalhe mais adiante). O título das atividades deve mostrar o que foi realizado, apresentando uma seqüência lógica de como elas se desenvolveram ao longo do tempo. Na coluna *estratégia/enfoque*, ao contrário, definimos como essas atividades se desenvolveram.

Essa etapa serve também para contextualizar a experiência que está sendo delimitada, agregando três colunas à tabela anterior: o **contexto geral**, a **problemática** e as primeiras atividades desenvolvidas para enfrentar essa problemática – os **antecedentes**. Isso pode parecer difícil para as pessoas que foram incorporadas recentemente à instituição, mas devemos incluir essa parte, porque será útil no momento da análise.

Tabela 2: Contexto

Contexto	Problemática	Antecedentes

- **Contexto**

Nessa coluna, nos interessa identificar os principais aspectos que influenciaram a realização da experiência, os quais podem ser econômicos, políticos, sociais, geográficos, ambientais ou outros (por exemplo: a realização de eleições locais em um dado momento, as tendências migratórias gerais, secas, inundações etc).

- **Problemática**

Tão importante quanto à delimitação institucional é uma clara definição do “problema” que o projeto ou o conjunto de atividades desenvolvidas queria solucionar: quais eram os problemas que o projeto ou a intervenção queriam resolver?

- **Antecedentes**

Finalmente, nessa coluna devemos mencionar as experiências e ações desenvolvidas anteriormente para, de uma maneira ou outra, solucionar a problemática. Isso geralmente inclui o trabalho de outras instituições em outras regiões, assim como o que foi feito anteriormente no âmbito selecionado. Em poucas palavras, procura mostrar as idéias que deram forma a esse trabalho.

3 - Descrição da experiência

Nessa fase, procuramos enfocar e descrever a própria experiência que estamos sistematizando. Devemos descrever tudo que foi feito e alcançado, incluindo os resultados não esperados, as dificuldades encontradas e os resultados ou metas não alcançados.

Como na fase anterior, podemos utilizar uma tabela para organizar as informações que descrevemos, como também para identi-

car qual informação ainda não temos, mas que queremos incluir na sistematização (por exemplo: as dificuldades encontradas no trabalho de campo). Isso facilitará a elaboração das entrevistas ou questionários que utilizaremos durante o processo.

Tabela 3: Descrição

Linhas de ação	Atividades	Materiais e recursos	Principais resultados	Dificuldades encontradas	Resultados não esperados
a)					
b)					
c)					

- **Linhas de ação**

Utilizaremos as mesmas da tabela anterior. As linhas de ação são as idéias centrais ou as linhas principais que foram usadas como base para a organização do trabalho de campo. Essa divisão em linhas de ação busca mostrar a organização lógica das atividades, agrupadas quanto ao tema, o lugar ou o momento, e serve como ponto de partida para completar o resto da tabela.

- **Atividades**

Nessa coluna, enumeramos o que foi feito em relação a cada uma das linhas de ação. E cada linha pode ter mais de uma atividade. Aqui também identificamos os responsáveis e o nível de participação dos diferentes atores em cada fase da experiência. Na medida do possível, convém incluir as quantidades (número de eventos, número de envolvidos ou de participantes), assim como os lugares e a frequência com que as atividades aconteceram.

- **Materiais e recursos**

Essa coluna nos ajuda a identificar os recursos que foram necessários para a realização das atividades (humanos, financeiros, tempo, equipamentos etc.).

- **Principais resultados**

Procuramos apresentar aqui os resultados alcançados graças à realização das atividades, levando em conta os objetivos traçados no início, na primeira tabela (objetivos para cada tarefa, as linhas de ação ou também os objetivos da instituição). Nesse momento, devemos considerar os diferentes pontos de vista, ainda que seja difícil conseguir um acordo entre todos os participantes. Também é importante não nos limitar aos resultados quantitativos.

- **Dificuldades encontradas**

Nessa coluna, procuramos identificar todos os problemas ou os fatores negativos que afetaram a realização das atividades ou que impediram que mais ou melhores resultados fossem alcançados. Ao considerar as dificuldades, devemos incluir também os problemas internos da instituição ou do programa responsável pela realização da experiência.

- **Resultados não esperados**

Nessa coluna, incluiremos aqueles resultados (positivos ou negativos) que não estavam sendo esperados ao início da experiência, mas que se revelaram importantes após o seu término.

Uma vez concluída, essa tabela nos dará a descrição completa da experiência, identificando tudo que foi feito durante a intervenção e tudo que foi alcançado. Isso significa que devemos apresentar todas as atividades que fizeram parte da experiência e ordená-las seguindo uma seqüência, isto é, mostrar tudo o que foi realizado, a ordem que seguimos e a importância de cada passo.

Devemos considerar também os objetivos iniciais do projeto e os diferentes pontos de vista manifestados pelos participantes. Se for possível, essa lista também deve incluir os aspectos qualitativos da experiência.

Para poder tirar conclusões a partir da experiência, não devemos apresentar somente as idéias positivas. Devemos ser imparciais e estar abertos às críticas construtivas: um documento que apresen-



ta somente idéias ou resultados positivos terá pouca credibilidade. Daí a importância da coluna *dificuldades*, onde devemos incluir os problemas e os fatores negativos em geral. Aqui, temos que considerar a diferença entre as dificuldades não previstas e as condições desfavoráveis ou adversas que se pode prever antes que se inicie a experiência (como o clima). Nessa tabela, incluiremos as dificuldades, enquanto que as condições desfavoráveis serão incluídas na tabela de descrição do contexto.

Com respeito aos resultados não esperados, é necessário incluir aqueles que não foram planejados, mas que são igualmente importantes para que os objetivos principais sejam alcançados. Temos apenas que ter em mente que o “não esperado” é diferente de “não considerado”. Por isso, é necessário evitar a descrição dos aspectos ou resultados que não foram considerados ao se planejar as atividades, mesmo sabendo de antemão que iriam ocorrer.

Ao terminar essa fase, temos uma descrição completa da experiência, mas ainda não realizamos qualquer análise. Até esse momento, nenhum conhecimento novo foi produzido. Para poder aprender com nossa experiência e apresentar um novo conhecimento é necessário um quarto passo: a **análise**.

4 - Análise

Para poder aprender com a experiência e dar o salto da mera descrição para a sistematização propriamente dita, chegamos à etapa mais importante: a **análise**. Aqui é onde realizamos a síntese e a avaliação crítica da experiência, das práticas realizadas e dos objetivos alcançados. Essa etapa não é somente a mais importante, mas é também a mais difícil, pois necessitamos juntar e apresentar opiniões, críticas e julgamentos de valor sobre o que se realizou e o que foi alcançado, para gerar novos conhecimentos.

O ponto de partida é a definição de um conjunto de parâmetros que deve ser considerado no momento de examinar o êxito da experiência como um todo. Esses parâmetros devem estar relacionados com os objetivos e as estratégias indicados na primeira tabela e devem ter a concordância do grupo. Representam uma espécie de quadro ou estrutura que servirá como um guia geral para a análise. É conveniente escolher três a cinco idéias gerais como parâmetros, que podem ser, por exemplo, a participação da população local, a sustentabilidade das atividades, a replicabilidade da experiência, a geração de renda, a organização local, a convergência entre os atores, a gestão do projeto etc. Definir parâmetros adequados é um primeiro passo para realizarmos uma boa análise.

A partir de cada parâmetro, identificaremos um conjunto de indicadores que servirá para avaliar detalhadamente uma idéia, ajudando-nos a explicar os aspectos mais relevantes de cada um dos critérios de análise. Os indicadores também devem ser definidos e aprovados por todos os participantes e, ao serem escolhidos, devemos incluir todos os aspectos da experiência, levando em conta tanto os aspectos quantitativos como os qualitativos. Para cada indicador, faremos referência à experiência e aos resultados alcançados, preenchendo tabelas como as seguintes:

Tabela 4: Análise

Parâmetro 1: Participação

Indicadores	Aspectos positivos	Aspectos negativos	Aspectos desconhecidos
Participação das mulheres na experiência			
Envolvimento das autoridades			
...			

Parâmetro 2: Sustentabilidade

Indicadores	Aspectos positivos	Aspectos negativos	Aspectos desconhecidos
Geração de renda			
Motivação e interesse da população			
...			

Parâmetro 3: ...

Indicadores	Aspectos positivos	Aspectos negativos	Aspectos desconhecidos
...			
...			
...			

Tudo aquilo que influenciou positivamente ou que contribuiu para o alcance de alguma meta – tal como foi definido por um indicador – colocaremos na segunda coluna (aspectos positivos). Do mesmo modo, na coluna dos aspectos negativos, incluiremos tudo que teve uma influência negativa ou impediu que os objetivos definidos pelo indicador fossem alcançados. Essa tabela permite que as pessoas envolvidas na sistematização considerem todos os aspectos, tanto positivos como negativos. Assim, as conclusões do exercício tornam-se mais completas e apropriadas por todos(as).

A coluna de aspectos desconhecidos serve para indicar fatos ou episódios cuja relação direta com os resultados da sistematização ainda não conhecemos. Podemos também incluir aqui os eventos que ocorrerão num futuro próximo (como a eleição de novas autoridades ou aprovação de uma lei) ou tudo aquilo que até o momento não foi analisado detalhadamente.

Como na tabela anterior, é fundamental incluir aqui as diferentes opiniões de todos os envolvidos e daqueles que foram de alguma forma influenciados pela experiência. Mais

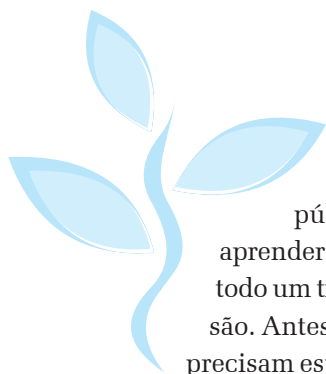
importante ainda é lembrar que, nesse momento do processo de sistematização, estamos apontando os fatores ou razões que explicam um determinado resultado, por isso não é necessário incluí-los. É um erro comum incluir os resultados alcançados nas tabelas dessa etapa do processo, o que acaba sendo uma repetição do que já foi apresentado na etapa anterior. Na etapa de análise, procuram-se as razões que existem por trás dos resultados ou das metas alcançadas.

5 - Apresentação dos resultados

O passo seguinte à realização de uma análise detalhada é a identificação das principais lições aprendidas: o que sabemos agora que não sabíamos antes de sistematizar nossa experiência? Reconhecer e formular os conhecimentos que adquirimos não é difícil se pensarmos na experiência como um todo, prestando atenção nos aspectos positivos e negativos dos diversos parâmetros apresentados nas tabelas da etapa de análise. Os pontos importantes se tornam normalmente mais claros durante as discussões coletivas que ocorrem quando as tabelas são preenchidas. A conclusão do documento – seja qual for o formato que escolhermos para apresentar nossa sistematização – será então uma exposição das principais lições que aprendemos e das recomendações que daremos aos que estão envolvidos em experiências similares.

A apresentação dos resultados de todo o processo de sistematização pode ser realizada de muitas maneiras. Devemos usar a imaginação para encontrar o método mais adequado para apresentar os resultados (ver exemplos na Revista *Agriculturas*, vol. 3, nº 2, “Sistematização: conhecimento que vem da prática”). Podemos utilizar pôsteres ou fotografias; realizar um vídeo, uma apresentação audiovisual, um programa de rádio ou uma peça de teatro; escrever histórias de vida ou um panfleto, uma história em quadrinhos, um artigo ou um livro. Na próxima seção, vamos apresentar algumas sugestões para a apresentação por escrito da experiência sistematizada.

Redação do documento



O importante nessa última etapa é apresentar os resultados da sistematização de uma forma acessível a vários públicos que possam vir a se interessar e aprender com a nossa experiência. Isso implica em todo um trabalho de diagramação, revisão e impressão. Antes de tudo isso, entretanto, as informações precisam estar organizadas na forma de um texto.

Escrever, da mesma forma que desenhar, é uma arte. Algumas pessoas podem ter mais experiência ou destreza para isso. Não podemos aqui dar uma receita ou instruções que assegurem que a redação será feita de forma adequada, mesmo que sejam seguidas ao pé da letra. Porém, a seguir, apresentaremos algumas recomendações que podem ajudar as pessoas a expor suas idéias de uma maneira clara.

Quadro 2: Estrutura básica para um documento de sistematização

- Título
- Apresentação
- Resumo
- Conteúdo
 1. Introdução: explicações sobre o objetivo do documento e como as informações serão apresentadas.
 2. Aspectos gerais: descrição da região, da população ou dos grupos-meta, do contexto, da problemática que se deseja solucionar e dos antecedentes.
 3. Descrição da experiência: descrição de tudo que foi realizado e alcançado, incluindo as dificuldades ou os problemas enfrentados.
 4. A análise, segundo os parâmetros e os indicadores selecionados.
 5. As conclusões, incluindo as lições aprendidas e as recomendações.

- Referências bibliográficas: as fontes de nossas informações, sejam produzidas por nós mesmos ou consultadas.
- Anexos: informações que podem ajudar a compreender melhor a experiência; podem-se incluir gráficos, dados estatísticos, testemunhos, documentos etc.

a) Estrutura do documento

- **Utilizar um esquema ou uma estrutura predeterminada.**

Quando pensamos no produto final em forma de livro ou artigo, é conveniente determinar sua estrutura antes mesmo de começar a escrever (ver Quadro 2). Dessa maneira, quando se usar as informações ordenadas nas tabelas, fica mais fácil distribuí-las nos lugares apropriados.

- **Dimensionar cada seção.**

O prévio dimensionamento do tamanho das seções (número de páginas ou espaço disponível) nos ajuda na elaboração, ao estabelecer um plano geral do documento, definindo pesos relativos para cada seção. O dimensionamento serve como guia geral e não como uma regra que deverá ser seguida de forma inflexível (ver quadro 3). O importante é recordar que esses limites não têm que ser seguidos à risca. Se o nosso plano determina 14 páginas para descrever a experiência, mas ao final escrevemos 8 páginas, não é necessário seguir escrevendo, somente pela obrigação de cumprir com os limites estabelecidos. Da mesma forma, se não foi suficiente 5 páginas para escrever a seção dos aspectos gerais, podemos estender o número de páginas até que essa seção esteja completa.

Se pensarmos em um livro como base para apresentar os resultados de uma sistematização e acreditamos que esse livro possa ter umas 50 páginas, a estrutura ou esqueleto básico poderia ser dividido segundo os dimensionamentos apresentados no quadro 3.

Quadro 3: Limites ou espaços para cada seção

- Apresentação: 1 página
- Resumo: 1 página
- Conteúdo:
 1. Introdução: 2 páginas
 2. Aspectos gerais: 5 páginas
 3. Descrição da experiência: 14 páginas
 4. A análise: 17 páginas
 5. As conclusões: 5 páginas
- Referências bibliográficas: 1 página
- Anexos: 3 páginas

- **Considerar a relevância da informação apresentada em cada seção.**

Devemos considerar que nem toda informação obtida é relevante. Dependendo do espaço que dispomos e do nível de detalhe que queremos apresentar, muitas vezes é necessário deixar de lado dados ou opiniões que não contribuem para a exposição da experiência.

- **Evitar o uso exagerado de títulos e subtítulos.**

Muitas vezes não é necessário colocar título em uma seção pequena. Mas quando a divisão em seções é necessária, devemos fazer com que seja fácil e simples de entender. Temos ainda que evitar subdividir seções. Por exemplo, se o capítulo 2 está dividido em 3 seções (2.1, 2.2 e 2.3), será melhor que evitemos fazer uma divisão dentro de alguma das seções, a menos que isso seja imprescindível. Nesse caso, será melhor utilizar uma ordem simples, como a), b), c), ou simplesmente não numerar as novas divisões.

- **Indicar o conteúdo da cada capítulo ou seção principal.**

Logo depois que colocamos cada título e, especialmente, quando dividimos imediatamente o texto em seções ou sub-capítu-

los, convém indicar brevemente ao leitor o que ele vai encontrar a seguir (ver Quadro 4). Isto motivará o leitor a ler a seção seguinte (ou pelo menos permitirá que ele saiba o que vai perder se saltar essa parte), mesmo que isto signifique incluir uma quantidade maior de texto.

Quadro 4: Títulos e explicações

Evite o uso de dois (ou mais) títulos seguidos:

4. Análise

4.1. Participação

a) Envolvimento das autoridades

Informe o leitor sobre o que está por vir:

4. Análise

Para dar detalhes e aprofundar sobre a experiência vivenciada, nesse capítulo apresentamos a análise. A análise está baseada em quatro parâmetros que foram identificados junto com a população que trabalhamos: a participação, a convergência, o impacto e a sustentabilidade.

4.1. Participação

Este parâmetro se refere ao nível de envolvimento da população na definição e na execução das atividades. Para medi-lo, consideramos três grupos populacionais: as autoridades, os representantes do governo e os agricultores.

a) Envolvimento das autoridades...

b) Linguagem e estilo do texto

• Usar frases curtas.

Um parágrafo que tem somente uma oração longa é muito difícil de ser lida. O melhor é dividir esse texto, usando termos comuns como “Igualmente...”, “Por outro lado...”, “Da mesma maneira...” ou “Pelo contrário...”. Assim, com uma nova frase breve, podemos seguir falando sobre o mesmo tema. Uma boa idéia é misturar frases curtas com longas para conseguir que o texto fique variado e de mais fácil compreensão (ver Quadro 5).

Quadro 5: Frases curtas

Qual parágrafo é mais fácil de entender?

Nosso âmbito de intervenção foram as florestas, com características físicas especiais, localizadas principalmente nas regiões de Cajamarca, Amazônia e Lambayeque, que se caracterizam por serem ecossistemas frágeis de floresta tropical seca que suportam longos períodos de déficit hídrico, com capacidade de regeneração natural lenta, com limitada precipitação pluvial, que oscila anualmente entre 60 e 120 mm.

Nesse ponto, descrevemos nosso âmbito de intervenção, concentrando-nos nas características físicas dessas florestas. Essas florestas estão localizadas principalmente nas regiões de Cajamarca, Amazônia e Lambayeque e se caracterizam por serem ecossistemas frágeis de floresta tropical seca. Como indicamos, essas florestas suportam longos períodos de déficit hídrico, por isso apresentam uma lenta capacidade de regeneração natural. A região registra uma limitada precipitação pluvial, que oscila entre 60 e 120 mm ao ano.

• **Usar frases diretas.**

Uma frase fica mais fácil de ser entendida quando a ordem de seus componentes (sujeito, verbo e objeto ou complemento) não é alterada e não se usa formas impessoais (“se faz”, “se decide”), infinitivos (“fazer”, “decidir”) e gerúndios (“fazendo”, “decidindo”). Por exemplo, em “Pedro assistiu televisão”, a frase fica mais clara, mais curta e menos formal do que em “a televisão foi assistida por Pedro”. Outro exemplo: “A equipe avaliará o projeto na próxima semana” seria preferível que “Na próxima semana, o projeto será avaliado pelos membros da equipe”. A idéia é evitar fazer rodeios (hipérboles) para dizer o que queremos.

- **Escolher frases simples e usar sinônimos conhecidos.**

É melhor dizer “água” que “elemento líquido”. Quando se escreve, devemos imaginar que estamos falando com nossos leitores com a finalidade de comunicar o mais diretamente possível o que queremos dizer. Por isso, é melhor usar termos que possam ser facilmente compreendidos.

- **Usar depoimentos ou citações textuais como apoio.**

Incluir opiniões dos diferentes atores entre aspas serve para dar mais peso ao que estamos dizendo. Serve também para demonstrar que o texto não reflete necessariamente a opinião de quem o escreveu, mas a opinião de um ou de vários atores.

- **Evitar o uso de siglas, acrônimos e abreviaturas.**

Quando não existe alternativa, indica-se o significado por extenso na primeira vez que se utiliza uma sigla. Isso vale inclusive para aquelas que possam ser conhecidas pela maioria dos leitores em potencial, como FAO, ONU ou MAPA. Por exemplo, se em um texto mencionamos a Organização das Nações Unidas muitas vezes ao longo de um capítulo, convém mencionar o nome completo na primeira vez, seguido da sigla entre parênteses: (ONU). Depois, ao longo do texto, utiliza-se somente a sigla. Do contrário, se na primeira vez que citamos o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por exemplo, só escrevemos “MAPA”, deixaremos muitos leitores que desconhecem essa sigla sem saber sobre o que estamos nos referindo. De igual forma, se voltamos a falar dessa instituição somente 40 páginas mais adiante, o mais provável é que o leitor já não lembre mais do significado dessa sigla, por isso o ideal seria escrever por extenso e não usar somente a sigla.

- **Evitar o uso de termos que não são de conhecimento comum.**

Nem todos os leitores entenderão a que nos referimos, por exemplo, quando falamos de “agentes de desenvolvimento” ou de “Unidades Operacionais Locais”. Deve-se evitar tam-

bém o uso de jargões e de formas regionais de linguagem, mesmo que sejam conhecidos no seu âmbito de trabalho.

- **Enumerar as informações para separar e organizar de maneira mais clara grande quantidade de informações.**
- **Empregar gráficos, fotos, esquemas, diagramas, tabelas etc. como apoio à transmissão de dados e informações.**

O emprego desses recursos visuais é útil ao longo de todo o documento, a começar por um mapa para situar geograficamente o âmbito da experiência sistematizada. Eles podem apresentar de forma sintética um conjunto de informações mais difícil de expor por meio de texto. Para tanto, eles devem ser simples e de fácil e rápida compreensão.

- **Seja sucinto!**

A primeira versão de um documento tende a ter muitos vazios e sempre é possível melhorar a redação e o conteúdo de apresentação das idéias principais. A melhor recomendação para resolver esses problemas é dar o texto para ser lido pela maior quantidade possível de pessoas. Ao ser entregue para outros participantes da experiência, eles poderão contribuir com a construção do conteúdo. Por outro lado, ao ser lido por pessoas que não conhecem a experiência em questão, poderão informar se o texto está suficientemente claro. Em qualquer dos casos, há muitos benefícios em obter opiniões externas sobre o nosso rascunho.

- **Ponha em prática.**

A melhor maneira de entender como se realiza uma sistematização é colocando-a em prática. Muitos aspectos do processo apresentados neste manual podem parecer muito complicados, mas são, na realidade, fáceis quando os desenvolvemos na prática. É o caso de aprender fazendo. Deve-se perder o receio diante da aprendizagem de um novo método, porque dessa forma estaremos preparados para apren-

der também com a nossa própria experiência. Assim, seremos capazes de compartilhar com outras pessoas esses aprendizados e todos sairão ganhando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Programa para la Agricultura Sostenible en Laderas de América Central (PASOLAC), San Salvador, El Salvador. ARDÓN MEJÍA, M. *Guía metodológica para la sistematización participativa de experiencias en agricultura sostenible*. 2000.

FRANCKE, M. e M. MORGAN. *La sistematización: apuesta por la generación de conocimientos a partir de las experiencias de promoción*. 1995. Materiales didácticos nº 1, Escuela para el desarrollo, Lima, Peru.

JARA HOLLIDAY, O. *Para sistematizar experiencias: una propuesta teórica y práctica*. 1994. Centro de Estudios y Publicaciones Alforja, San José, Costa Rica.

SELENER, D.; G. ZAPATA; C. PURDY. *Documenting, evaluating and learning from our development projects: a participatory systematization workbook*. 1996. International Institute for Rural Reconstruction (IIRR), Y. C. James Yen Centre, Silang, Filipinas.



ANEXO

Fundo Rotativo Solidário: instrumento de promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável no semi-árido

Um estudo de caso

Veja aqui um exemplo da aplicação da metodologia por membros da Articulação do Semi-árido Paraibano (ASA-PB). Eles seguiram passo a passo as etapas apresentadas nessa publicação para sistematizar a experiência de implantação de Fundos Rotativos Solidários no estado. Como resultado, redigiram o artigo que reproduzimos aqui e que foi publicado na *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, v.2, n.3.

1. Delimitação

Título	Fundos Rotativos Solidários: um instrumento de promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável no semi-árido
Âmbito de intervenção (localização)	Comunidades organizadas pelo trabalho da Articulação do Semi-árido Paraibano (ASA-PB / Paraíba).
Grupos-meta (participantes)	<ul style="list-style-type: none"> • 18.000 famílias já envolvidas • 140 municípios e 1.842 localidades
Data de início e duração	1993 – 12 anos
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Promover e viabilizar práticas agroecológicas por meio dos fundos rotativos solidários. • Praticar modelos alternativos de investimento individual e comunitário capazes de favorecer a transição agroecológica. • Estimular práticas solidárias de mobilização de poupanças familiares e comunitárias. • Estimular e fortalecer processos organizativos e de gestão de recursos comunitários. • Favorecer interações sociais na construção de um novo momento político e educativo para convivência com o semi-árido. • Desenvolver, a partir das experiências locais, políticas públicas estruturantes para agricultura familiar de base agroecológica.
Estratégia	<ul style="list-style-type: none"> • Resgate e valorização das dinâmicas tradicionais de mobilização dos recursos coletivos nas comunidades. • Estímulo às inovações técnicas e organizativas. • Intercâmbio de experiências em gestão compartilhada dos recursos na implementação das ações.
Componentes	<ul style="list-style-type: none"> • Formação em gestão compartilhada de recursos na implementação das ações de desenvolvimento. • Formação em agroecologia.

Contexto	<ul style="list-style-type: none">• A Paraíba encontra-se na região do semi-árido brasileiro.• Desde a sua ocupação, a população vem desenvolvendo sistemas sociais intimamente vinculados aos sistemas ecológicos.• Estratégias de convivência com o semi-árido são construídas a partir do ambiente.• Relações sociais tornam-se componentes fundamentais à adaptação e à convivência com as condições de extrema escassez de água.• Estabelecimento de um conjunto de regras e práticas coletivas que favorecem o acesso recíproco e a exploração conjunta de recursos estratégicos – água, terra e biodiversidade – pelas famílias agricultoras.
Problemática	<ul style="list-style-type: none">• Influência da modernização da agricultura.• Concentração da propriedade e apropriação inadequada de recursos naturais.• No semi-árido, o controle sobre a distribuição de recursos (água, terra, sementes, etc.) configura-se em uma fonte inesgotável de riqueza e poder. Fonte essa que fortaleceu uma cultura assistencialista e clientelista.• As políticas públicas governamentais desconsideram as experiências locais de convivência com o semi-árido.• As políticas oficiais se orientaram para a construção de grandes obras hídricas ou limitaram-se à distribuição de carros-pipa, favorecendo as práticas clientelistas.• Sistema de financiamento incompatível com a lógica da agricultura familiar.• Relações sociais individualizadas quebrando laços de solidariedade, antes tão caro à convivência com o semi-árido.
Antecedentes	<ul style="list-style-type: none">• Mobilização dos agricultores e agricultoras, suas organizações e assessorias para a constituição da Articulação do Semi-árido Paraibano.• Desenvolvimento e sistematização de métodos baratos e descentralizados para a gestão da água para o consumo humano, em particular as cisternas de placa.

2. Descrição da experiência

Linhas de ação	Atividades	Principais resultados
Formação em gestão compartilhada de recursos a implementação das ações de desenvolvimento.	a) Mobilização das famílias agricultoras das comunidades, suas organizações e lideranças de atuação da ASA-PB.	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação coletiva da problemática local. • Identificação coletiva das potencialidades dos agricultores e da comunidade na resolução de seus problemas.
	b) Reuniões e encontros para sensibilização das famílias agricultoras para os processos de inovação agroecológica.	<ul style="list-style-type: none"> • Apropriação dos processos organizativos e metodológicos pelas famílias agricultoras, pelas lideranças e pelas entidades de assessoria. • Valorização dos produtos agroecológicos da agricultura familiar. • Maior interesse pela preservação dos recursos naturais.
	c) Visitas de intercâmbio para valorização e reprodução das práticas solidárias de gestão de recursos (naturais, financeiros etc).	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da autonomia das famílias. • Aumento da visibilidade das práticas tradicionais de solidariedade. • Aumento da auto-estima das famílias agricultoras.
	d) Formação para a gestão coletiva de recursos e fortalecimento da coesão comunitária.	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da organização local. • Aumento da auto-estima das famílias. • Dinamização das ações coletivas. • Construção de regras comunitárias de gestão coletiva de recursos. • Construção de uma poupança comunitária gerida por seus membros. • Melhoria da economia familiar.

Dificuldades encontradas	Resultados não esperados
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar o quadro de lideranças envolvidas nas comunidades e municípios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Surgimento de dinâmicas microrregionais: (Pólo Sindical da Borborema, Coletivo Regional dos Cariris e Seridó, Coletivo da ASA Cariri Oriental, Fórum dos Assentados do Cariri Ocidental, Coletivo dos Assentados do Alto Sertão, Coletivo do Médio Sertão, etc.)
<ul style="list-style-type: none"> • Romper com as práticas do clientelismo e do assistencialismo. • Inserir os seguimentos mais empobrecidos nos processos de inovação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultores se revelando como novas lideranças políticas.
<ul style="list-style-type: none"> • Pouco interesse das políticas públicas governamentais. • Os pacotes tecnológicos e influência do agonegocio. 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Maior credibilidade no potencial local. • Elaboração de material de comunicação pelas próprias famílias. • Significativa participação das mulheres nos fundos solidários e na gestão de alguns grupos.

2. Descrição da experiência (continuação)

Linhas de ação	Atividades	Principais resultados
	<p>e) Reuniões e eventos de formação de agentes para a consolidação e a irradiação dos fundos solidários.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade dos agricultores(as) - experimentadores na multiplicação das ações. • Melhoria na economia familiar. • Fortalecimento das organizações comunitárias e da solidariedade entre as famílias.
	<p>f) Apoio à experimentação e às atividades produtivas por meio da implementação de fundos solidários, com temas e mecanismos diferenciados para a inserção dos seguimentos mais empobrecidos nos processos de inovação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria na infra-estrutura das unidades de produção familiar. • Aumento da auto-estima. • Aumento da renda familiar.
<p>Formação em Agroecologia.</p>	<p>g) Formação de grupos comunitários e regionais para o incentivo de processos sociais de inovação e experimentação agroecológica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Organização dos agricultores(as) - experimentadores em grupos de interesse (recursos hídricos, recursos genéticos, cultivos ecológicos, criação animal, produção ecológica, melhoria de quintais, beneficiamento de frutas, comercialização de produtos ecológicos, apicultura e meliponicultura etc.). • Aumento da sustentabilidade técnica das unidades de produção. • Aumento da segurança alimentar. • Incremento na renda familiar.

Dificuldades encontradas	Resultados não esperados
<ul style="list-style-type: none">• Interferência das políticas locais (clientelismo).• Níveis diferenciados de compreensão sobre o papel dos fundos solidários.• Apropriação dos fundos como patrimônio comunitário.• Irradiação das experiências sem perder a qualidade de suas ações.	<ul style="list-style-type: none">• Recursos públicos governamentais alimentando as dinâmicas.
<ul style="list-style-type: none">• Inserir os mais carentes nos processos.• Baixa capacidade econômica.• Pouco acesso aos meios de produção.• Baixa auto-estima dos segmentos mais empobrecidos.• Limitantes estruturais (acesso à terra).	<ul style="list-style-type: none">• Agregação de valor a produtos anteriormente discriminados.• Criação de novas oportunidades de inserção aos mercados.
<ul style="list-style-type: none">• Interferência das políticas locais (clientelismo).• Lógica imediatista.• Dependência da cultura da representatividade.• Desvalorização das experiências e dos recursos locais.	<ul style="list-style-type: none">• Proposição de suas propostas nas políticas públicas.• Capacidade de diálogo com as políticas locais.

3. Análise

Parâmetros econômicos	Aspectos positivos	Aspectos negativos
Incremento da renda das famílias.	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação e incorporação de inovações agroecológicas pela famílias agricultoras. • Diversificação de cultivos. • Aumento da criação. • Aumento da produção e venda de produtos. • Deixar de comprar carros-pipa. • Liberação da mão-de-obra familiar, principalmente de mulheres e jovens. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de acesso ao mercado.
Formação de poupança coletiva.	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos que antes eram usados para comprar água, agora circulam dentro da própria comunidade. • Construção de um patrimônio comunitário. • Financiamento de novas infra-estruturas. • Aprendizado na gestão de recursos públicos comunitários. 	
Melhoria na segurança hídrica e alimentar das famílias.	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da disponibilidade de água potável para as famílias. • Com o aumento da disponibilidade de água, as famílias puderam reorganizar e intensificar o sistema produtivo, principalmente no arredor de casa. • Diversificação de cultivos. • Diminuição dos problemas de saúde causados pela água. • As famílias aprenderam a poupar. • Aumento na produção de forragem. • Resgate de experiências solidárias que estavam sendo esquecidas. 	
Apropriação de princípios da economia solidária.	<ul style="list-style-type: none"> • As famílias aprendem a poupar. • Resgate de experiências solidárias que estavam sendo esquecidas. 	
Construção de modalidade de crédito para a agricultura familiar de base agroecológica.	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de fundos rotativos solidários. • Irradiação da experiência. • Acesso a novas experiências. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desmobilização dos agricultores em acionar o crédito oficial.

Obs: Não houve ocorrência para o item *Aspectos desconhecidos*.

Parâmetros sócio-organizativos	Aspectos positivos
Aprendizado coletivo na gestão de fundos.	<ul style="list-style-type: none"> • Cada comunidade constrói suas regras de gestão dos fundos. • Troca de experiências entre os vários fundos. • Crescimento do número de fundos em número de grupos, diversidade de ação e modalidade de gestão.
Formação de novas lideranças.	<ul style="list-style-type: none"> • Elevação da auto-estima. • Livre circulação do conhecimento.
Fortalecimento de redes de experimentação e intercâmbio de experiências.	<ul style="list-style-type: none"> • Sistematização de experiências como instrumento para irradiação das experiências.
Maior participação de jovens e mulheres.	<ul style="list-style-type: none"> • Elevação da auto-estima. • Valorização do trabalho das mulheres e jovens.
Inclusão de seguimentos mais empobrecidos.	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de grupos diferenciados. • Elevação da auto-estima. • Incremento da renda familiar.

Obs: Não houve ocorrência para os itens *Aspectos negativos* e *Aspectos desconhecidos*.

Parâmetros políticos	Aspectos positivos
Recursos públicos governamentais alimentando as dinâmicas sociais de inovação.	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização de recursos públicos para o fortalecimento das ações solidárias. • Nova relação entre sociedade e Estado.
Criação de propostas governamentais de financiamento de créditos solidários.	



ARTIGO

Fundo Rotativo Solidário: instrumento de promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável no semi-árido

José Camelo da Rocha
José Waldir de Sousa Costa

As famílias agricultoras do semi-árido brasileiro praticam maneiras sábias de organização e solidariedade que alimentam relações de interação e de responsabilidade mútua. Raramente expressas para além dos envolvidos, essas práticas são espontâneas e partilhadas entre grupos de interesses ou de indivíduos, em que cada um faz sua parte.

São experiências voltadas para o reforço das unidades de produção familiar, para o compartilhamento de alimentos, sementes, água e outros bens, para o apoio individual e psicológico ou para a promoção de melhorias das condições de vida da coletividade. Ora as famílias doam, de suas poucas terras, áreas para formação de “fundo de pasto” para uso coletivo, ora melhoram as vias de acesso à água, construindo ou limpando em mutirão reservatórios comunitários, ou ainda se juntam e botam abaixo as cercas colocadas por fazendeiros nos reservatórios públicos. São formas de organização social e de enfrentamento coletivo dos problemas do dia-a-dia, que trabalham com a noção de que é necessária a convivência com as adversidades climáticas da região. Essas práticas contrapõem-se ao padrão dominante de relações iníquas, baseadas na concentração da propriedade, na apropriação privada dos recursos e na sujeição aos detentores do poder político e econômico. O sentimento solidário presente nessas comunidades é, portanto, condição essencial para o próprio convívio com o ambiente.

Encontro Social sobre Fundos Rotativos Solidários



Foto: Arquivo AS-PTA

Muitas dessas práticas persistem ao longo dos anos e até se moldam às exigências da tecnologia, como os mutirões para debulha mecanizada de cereais, dando continuidade ao velho costume de, em conjunto, “fazer o milho e o feijão” – que antes era um trabalho manual usando pedras e varas. A essas estratégias soma-se a aprendizagem histórica da poupança, baseada, na maioria das vezes, na engorda e criação animal e no plantio de culturas de renda.

Observa-se então que o forte sentimento de vizinhança e de partilha é parte da cultura e das tradições enraizadas na vida comunitária, que se materializam em intensos fluxos de produtos, serviços e de poupança, configurando uma verdadeira “economia de reciprocidade”. É essa economia que está sendo resgatada e fortalecida nas dinâmicas da Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA-PB)¹, por meio da disseminação de formas mais estruturadas de crédito mútuo voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar agroecológica. Essas ações vêm ainda reforçar a organização social e o espírito de solidariedade inerente às famílias agricultoras.

Os chamados Fundos Rotativos Solidários (FRS), enquanto mecanismos de mobilização e valorização social da poupança comunitária, assumem a forma de gestão compartilhada de recursos coletivos. São constituídos a partir da contribuição das famílias ou estimulados por um capital externo, que pode proceder de diversas fontes². Têm sido, na verdade, um exercício fundamental na busca da sustentabilidade dos sistemas familiares, na perspectiva da convivência com a região semi-árida e na transição agroecológica.

¹ A Articulação do Semi-árido Paraibano (ASA-PB) é um fórum formado por pessoas, instituições sindicais e comunitárias, setores da Igreja e de universidades públicas, movimentos sociais e organizações não-governamentais que têm como objetivo central a construção de um projeto coletivo de desenvolvimento sustentável e de convivência com o semi-árido.

² No caso descrito neste artigo, os recursos externos provêm principalmente de duas fontes: recursos da cooperação nacional e internacional, via orçamento das organizações não-governamentais, e recursos das políticas públicas governamentais.



O termo “solidário” confere um novo sentido de sociedade, com estilo e valores concebidos e apropriados localmente, mas abertos à interação com outros grupos e ideais, contrapondo-se assim às relações políticas e econômicas excludentes.

Na Paraíba, em cada comunidade, município ou região, encontra-se uma grande riqueza de iniciativas e de capacidade inovadora na gestão e na organização dos FRS.

Um exemplo de Fundo Rotativo Solidário

A falta de água potável era um problema comum para as mais de 150 famílias da comunidade de Gameleira, no município de Massaranduba. A construção de cisternas de placas destinadas à captação de água das chuvas para uso doméstico foi recebida como uma solução imediata, eficiente e ao alcance da iniciativa das famílias. Num primeiro momento, chegaram recursos externos para apoiar a construção de dez cisternas. Mas como atender a todas as famílias com tão pouco recurso? Foi inspirado em outras tantas comunidades organizadas pela ASA-PB que o povo de Gameleira criou um primeiro grupo de Fundo Rotativo Solidário, com a participação inicial de 30 das 91 famílias que necessitavam do benefício.

Nessa época, decidiram em conjunto que todas as famílias daquele grupo pagariam mensalmente R\$ 20,00 e foi dessa forma que todos os meses a comunidade conseguia arrecadar o montante de R\$ 600,00 – que correspondia, então, ao valor integral de uma cisterna. Passaram também a sortear mensalmente uma nova cisterna entre o grupo. Ao final de 20 meses, foram construídas 20 unidades, contemplando a todos os participantes desse primeiro grupo. O sucesso da experiência logo mobilizou outras famílias da comunidade e mais dois grupos foram formados a partir do repasse feito pelo FRS inicial. Ou seja, o recurso das dez primeiras cisternas foi capaz de gerar dois novos grupos. Mais tarde, Gameleira recebeu

recursos para a construção de outras 25 cisternas, apoio financeiro do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semi-árido (ou P1MC), da ASA-Brasil, financiado pelo Governo Federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Com a compreensão de que os projetos sociais devem cumprir um papel de fortalecimento das organizações locais, das dinâmicas geradoras de desenvolvimento comunitário, econômico e social, as famílias que receberam as cisternas por meio dos recursos externos não se diferenciaram das demais e continuaram contribuindo para o FRS. Foi assim que, em pouco tempo, conseguiram atender a todas as famílias e mais: 11 delas já conquistaram sua segunda cisterna.

Em quatro anos, a comunidade que recebeu recursos para 35, chegou a construir mais 67 cisternas com arrecadação local, totalizando 102 unidades. Ou seja, o recurso inicial quase triplicou. Há que se considerar ainda o aumento da oferta de água de beber em 1.632 m³. Ao deixar de comprar carro-pipa para fazer o abastecimento local, o povo de Gameleira também deixou de gastar aproximadamente R\$ 14.000,00/ano. Esses recursos, em vez de serem apropriados por empresas urbanas fornecedoras de água, puderam ser mantidos em circulação na comunidade para atendimento de outras necessidades.

Atualmente, o FRS permanece em Gameleira estimulando outras iniciativas e reforçando os processos de organização e de multiplicação dos laços de solidariedade. Com a água perto de casa, as famílias despertaram para um novo modo de se relacionar com a natureza para melhoria do sistema produtivo. A diversificação da produção, principalmente ao redor de casa, com plantas frutíferas, medicinais, forrageiras e aprimoramento dos sistemas de pequena criação, vem contribuindo sobremaneira para a segurança alimentar das famílias. Observa-se, ainda, que o Fundo Rotativo vem valorizando e financiando outras iniciativas na comunidade, como a melhoria da infra-estrutura hídrica para produção, a construção de residências e igrejas, o apoio funeral etc.

Aos resultados econômicos, acrescentam-se a elevação da autoestima, a conquista da cidadania, a produção de conhecimentos que são incorporados pelas famílias no processo de discussão, a proposição de idéias e a gestão compartilhada dos recursos. A exemplo da experiência do Fundo Rotativo de Gameleira, muitos grupos comunitários, hoje espalhados por diversos municípios da Paraíba, não se satisfazem só com a conquista da água para beber, mas passam a vislumbrar a construção de uma nova relação em sociedade.

A gestão compartilhada

As formas de organização e gestão dos FRS's são diversas e alimentadas pelas dinâmicas comunitária, municipal ou regional. Nesse processo, as trocas de experiências têm constituído espaço fecundo para o sucesso da disseminação de informações entre os grupos. Uma comunidade aprende com a outra como superar suas dificuldades, como inovar suas práticas, como melhorar sua gestão compartilhada.

Na forma de gestão mais usual, as famílias se reúnem, avaliam os trabalhos da comunidade, fazem a prestação de contas e dão a sua contribuição. Geralmente, o valor de retorno ao Fundo é definido de acordo com as condições de cada família e aquelas com melhor condição financeira contribuem com parcelas maiores. Na reunião, ainda é feito o sorteio da próxima família a ser contemplada.

O momento seguinte é a compra do material de construção necessário que, normalmente, fica a cargo dos responsáveis pela coordenação do grupo. Quando algumas famílias não conseguem contribuir num determinado mês, e os recursos não são suficientes para comprar os materiais, são elas que negociam com a loja a complementação do pagamento no mês seguinte. Com essa prática, evita-se a desvalorização da moeda. Mas, quando isso acontece, as famílias também aumentam o número de parcelas para corrigir a perda e acompanhar o preço do material. Para melhor organização dos dados, o registro contábil é feito em planilhas com os nomes dos participantes, que podem seguir o fluxo de perto com seu carnê de contribuição.

O processo de irradiação: articulação em rede

A partir do processo de formação e mobilização alimentado pelas experiências locais, as famílias e suas organizações são motivadas à valorização e ao olhar crítico de sua realidade. Dessa forma, a sistematização de suas próprias experiências, seja do ponto de vista técnico, econômico, organizativo ou político, constitui um instrumento importante para pensar estratégias de irradiação. Elas trazem referências novas para a reflexão e a ação das famílias, resgatando valores e construindo novas percepções sobre a capacidade das comunidades de se constituir como agentes econômicos autônomos e autogestionários.

É dessa forma que as experiências com os FRS têm sido incorporadas aos diversos espaços de atuação da ASA-PB e da ASA-Brasil. Pode-se dizer que a primeira experiência realizada com FRS, em 1993, envolvendo dez famílias da comunidade de Caiçara, no município de Soledade, foi um impulso que alimentou o processo de irradiação para as 18 mil famílias hoje envolvidas e distribuídas em mais de 1.800 comunidades de 140 municípios em todo o estado. Os FRS têm crescido em número de grupos, em diversidade de ações e nas formas e modalidades de gestão, como define José Maciel da comunidade de Caiçara: “Este é o jeito da gente crescer em comunidade”.

Atualmente, a ASA-PB vem estimulando e mobilizando recursos públicos de programas governamentais para o fortalecimento das ações solidárias, a exemplo do Programa Cooperar e do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semi-árido (P1MC).



Foto: Arquivo AS-PTA

Discussão sobre FRS na Comunidade de Gameleira



Foto: Arquivo AS-PTA

Fundo Rotativo Solidário permite o acesso à água potável

Os fundos são mais do que mecanismos de financiamento de atividades. Eles têm se mostrado um forte instrumento da economia comunitária a serviço do desenvolvimento autocentrado. Como um sistema de crédito mútuo, a experiência pode ser apreendida como motivação e subsídio para formulação de políticas públicas de financiamento mais adequadas à agricultura familiar.

Inseparável de sua dimensão de exercício comunitário de gestão e de poder político, que se exprime em uma nova forma de relacionamento pessoal e coletivo, o FRS é “a chave que abre a porta de um novo horizonte”, como exprime o agricultor Cícero, do município de Picuí. E é para ampliar esse horizonte que os agricultores, agricultoras, suas lideranças e organizações e técnicos das diversas entidades de assessoria vão contribuindo, cada um do seu jeito e em seu lugar, para a construção de políticas alicerçadas em práticas locais sustentáveis e democráticas para a convivência com o semi-árido.

José Camelo da Rocha

assessor técnico da AS-PTA.

camelo@aspta.org.br

José Waldir de Sousa Costa

coordenador do Programa Cidadania, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável do Patac.

waldirpatac@veloxmail.com.br

